



A EXCLUSÃO ESCOLAR NAS MEMÓRIAS DE MULHERES TRANSEXUAIS DE DIFERENTES GERAÇÕES

Eixo Temático 28 – Narrativas, Gêneros, Sexualidades e Educação: Encontros Insurgentes

Wagner Antônio Júnior¹
Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo²

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de doutorado que teve como objetivo geral investigar os processos de exclusão social de travestis e mulheres transexuais, de diferentes gerações, ao longo de suas vidas, em especial durante os períodos da infância e adolescência, com foco na exclusão escolar. Constituem-se como objetivos específicos: coletar as histórias de vida de mulheres transgênero de diferentes idades, por meio de seus relatos orais; analisar os processos de exclusão social presentes nas narrativas dessas mulheres, com foco naqueles vividos durante a infância e adolescência, que levaram à exclusão escolar; discutir a realidade vivida por essas mulheres, à luz dos direitos humanos e das políticas públicas. A investigação foi desenvolvida em um município de médio porte localizado no interior do Estado de São Paulo, Brasil. A pesquisa de campo envolveu a Pesquisa Qualitativa e a metodologia História de Vida, com foco nos relatos orais de seis mulheres transgênero de diferentes idades. Os procedimentos metodológicos envolveram a entrevista não estruturada, na qual cada entrevistada discorreu livremente sobre sua história. As narrativas foram registradas em áudio, transcritas e examinadas pela técnica de Análise de Conteúdo, sendo organizadas por categorias temáticas de acordo com as memórias, que se referem à infância, brincadeiras, família, violência, religião e escola. Além da análise dos relatos e das conexões entre as memórias de cada entrevistada, os resultados foram discutidos à luz dos Direitos Humanos e das políticas públicas instituídas para a comunidade LGBTQIAPN+, passando pelas pautas de diferentes governos, desde a ditadura militar até a atualidade.

Palavras-chave: Educação e direitos humanos, Gênero e diversidade sexual, Transexualidade, Políticas públicas.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Marília, wag.antonio@gmail.com

² Livre-docente, Professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Marília, tania.brabo@unesp.br



A luta pela garantia de direitos das pessoas que se identificam com padrões sociais marcados pela diversidade sexual e de gênero, sejam lésbicas, gays, bissexuais, travestis ou transexuais (LGBT, atualmente LGBTQIAPN+) tem se materializado no mundo como movimento histórico, por meio do fortalecimento de ações que objetivam a promoção da igualdade, do papel social e da identidade de gênero, bem como o respeito à orientação sexual e o enfrentamento de condutas e práticas sexistas respaldado em políticas públicas advindas de ações governamentais.

Nesse contexto, damos destaque aos estigmas que atingem travestis e mulheres transexuais, decorrentes do rompimento com os modelos previamente dados pela normatização binária, ficando com isso, marcadas negativamente e desprovidas de direito a ter direitos.

1.1. Direitos humanos, gênero, diversidade e políticas públicas

O grande marco na história de lutas por direitos veio com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), elaborada como uma norma comum a ser alcançada por todas as nações. Ao afirmar que “[...] todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...]”, ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.

No contexto brasileiro, essas políticas públicas emergiram do processo de redemocratização da sociedade brasileira iniciado pela promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e vem se consolidando pela permanente luta política dos movimentos sociais, especialmente o movimento feminista e o movimento LGBTQIAPN+, marcos na luta contra o preconceito e a discriminação, abrindo o caminho para que outras ações fossem implementadas.

Embora essas políticas públicas visem à garantia de direitos, percebem-se efeitos contraditórios: por um lado, alguns setores sociais lutam pelo respeito pela diversidade sexual; por outro lado, grupos conservadores acirram seus ataques, realizando campanhas de exaltação dos valores tradicionais da família e manifestações de hostilidade, preconceito e violência. Deste modo, a homofobia é encarada como prática social, cultural e econômica, para além do contexto individual e, sendo assim, pode ela se configurar com

A problematização da distinção entre sexo biológico e gênero sugere uma descontinuidade radical entre o corpo sexuado e o gênero socialmente instituído. De acordo com Butler (2003), gênero é uma complexidade em permanente mudança, de onde se derivam as identidades alternativamente instituídas e abandonadas segundo as propostas e as regras do que é biológico e o que é instituído socialmente. Essa fluidez provoca o desconforto da ambiguidade entre lugares dos corpos em construção. Todavia, Foucault (1999) concebeu o corpo como o lugar de todas as interdições, onde todas as regras sociais tendem a construir esse corpo pelo aspecto de múltiplas determinações.

Nesse sentido, travestis e transexuais subvertem a distinção entre os espaços psíquicos, interno e externo, ao problematizar os conceitos de sexo, gênero e desejo como categorias de identidade. Segundo Peres (2009), pode-se definir travestis como indivíduos que se identificam com a imagem e o estilo do sexo oposto ao seu, apropriando-se de indumentárias e adereços de estética, podendo realizar mudanças em seus corpos como, por exemplo, a ingestão de hormônios, aplicação de silicone e uso de próteses de correção estética. Já por transexuais, entende-se como pessoas que apresentam uma incompatibilidade em relação ao seu sexo anatômico e desejam fazer uma transição de seu sexo de nascimento para o sexo oposto, por meio da cirurgia de redesignação sexual.

Para Bento (2008), tanto a travestilidade quanto a transexualidade são construções identitárias situadas no campo do gênero. Travestis são associadas ao pecado e à marginalidade, enquanto transexuais são associadas à patologia. Essas definições são em decorrência do caráter histórico, político e social das identidades. Jesus (2012) afirma que o termo “travesti” muito é antigo, anterior ao termo “transexual” e mais consolidado em nossa linguagem. Conforme afirma Ferreira (2017), o termo travesti é histórico e tem sido empregado como adjetivo pejorativo, que remete a uma imagem quase diretamente ligada à prostituição, à criminalidade e à marginalidade.

A travestilidade e a transexualidade são elementos propiciadores de relações de opressão e de inferiorização dos direitos sociais, uma vez que a visibilidade e a materialidade desses sujeitos evidenciam, mais que outros, “o caráter fluído e instável das identidades sexuais” (Louro, 2000, p.31). De acordo com Bento (2006), os corpos artificialmente construídos sugerem, concreta e simbolicamente, as possibilidades de proliferação e multiplicação das identidades de gênero e das sexualidades.



Os estigmas que travestis e transexuais enfrentam são correntes do rompimento com os modelos previamente dados pela normatização, ficando com isso, marcados negativamente e desprovidos de direito a ter direitos, o chamado “corpo abjeto” (Butler, 2003, p. 191). Como consequência da estigmatização com a produção das relações de poder surgem as desigualdades sociais. Sendo estabelecidas relações de poder, elas trazem em seu bojo um contra poder, isto é, uma resistência. Este modo de análise do poder e das resistências pode ser tomado como ferramenta para problematizar a estigmatização vivida pela população de travestis e transexuais no ambiente social e como essas pessoas constroem estratégias de sobrevivência na defesa de seus direitos e na construção da cidadania.

De acordo com o 16º Princípio de Yogyakarta (2007) a educação deve ser assegurada como direito, sem discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, porém a população LGBT ainda é invisível no ambiente escolar, nos currículos, nos livros didáticos e nas discussões sobre direitos humanos na escola (Junqueira, 2009). No contexto escolar, práticas que legitimem as identidades de gênero constituem uma estratégia fundamental para democratização do acesso público e do acolhimento social.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a educação deverá ser “[...] orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais” (Organização das Nações Unidas, 1948, p.14). Portanto, cabem à escola fortalecer políticas e práticas para a democratização, a inclusão social e o fortalecimento dos direitos humanos. Este mesmo princípio encontra-se implícito na Lei nº 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996).

Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo geral investigar os processos de exclusão social de travestis e mulheres transexuais, de diferentes gerações, ao longo de suas vidas, em especial durante os períodos da infância e adolescência, com foco na exclusão escolar. Os objetivos específicos pautaram-se em três pontos: coletar as histórias de vida de mulheres transgênero de diferentes idades, por meio de seus relatos orais; analisar os processos de exclusão social presentes nas narrativas dessas mulheres, com foco naqueles vividos durante a infância e adolescência, que levaram à exclusão escolar; discutir a realidade vivida por essas mulheres, à luz dos direitos humanos e das políticas públicas.

O presente trabalho foi desenvolvido por meio da pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (1996, p.21) “[...] corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Desse modo, a metodologia qualitativa busca coletar dados descritivos que lhe permitiram observar o modo de pensar dos participantes numa investigação.

A pesquisa qualitativa pode assumir diferentes formatos, dentre os quais o método história de vida, que baseia-se na história que os indivíduos relatam sobre seu cotidiano ou ações que já ocorreram, na “[...] premissa de que os conhecimentos sobre os indivíduos só são possíveis com a descrição da experiência humana, tal como ela é vivida e tal como ela é definida por seus próprios atores” (Spindola; Santos, 2003, p.120). O método possibilita ao pesquisador contatos com diferentes memórias que constituíram o desenvolvimento do indivíduo, bem como possibilitaram ao indivíduo pesquisado a tomada de consciência sobre sua existência, compreendendo sua trajetória de vida (Boje, 1995). Por possibilitar a subjetividade por parte do pesquisador, a pesquisa qualitativa no contexto da história de vida implica o uso de procedimentos metodológicos no trabalho de campo, dentre os quais figuram a entrevista não estruturada.

Esta pesquisa foi realizada com a participação de seis mulheres transexuais, de diferentes idades, em um município do interior do estado de São Paulo, tendo como recorte o período da infância e adolescência. As histórias de vida foram coletadas por meio de entrevista, que para Manzini (2006), é um processo de interação social, verbal e não verbal, entre dois sujeitos, sendo um deles o entrevistador e o outro, o entrevistado que, em tese, possui as informações que possibilitam a compreensão do fenômeno. Para Lakatos e Marconi (2007), é um procedimento metodológico empregado na investigação social, coleta de dados, diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

A opção pelo trabalho com histórias de vida e as memórias se dá pela possibilidade de dar voz a pessoas anônimas, invisíveis socialmente e excluídas do processo escolar. Segundo Thompson (1992, p.44), “a história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria vida e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo”.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



As narrativas foram transcritas, organizadas e analisadas pela técnica da análise de conteúdo, sendo categorizadas de acordo com os temas que envolvem cada memória (infância, brincadeiras, família, violências sofridas, religião, escola). Inicialmente, a análise considerou o contexto de cada mulher transexual e, em seguida, cada uma das categorias. As análises também consideraram a realidade narrada em comparação com as políticas públicas, a partir das pautas de diferentes governos, de acordo com cada geração.

3. ALGUMAS MEMÓRIAS SOBRE A ESCOLA

As lembranças do ambiente escolar deveriam ser de um espaço acolhedor e seguro, no entanto a realidade presente nas vozes das entrevistadas retrata uma escola que ainda é hostil para pessoas transgênero, ao reproduzir o preconceito que está cristalizado na sociedade. As narrativas trazem situações de preconceito e violência por parte de colegas e até mesmo de professores, em um ciclo que se repete em diferentes épocas.

[...] eu sofri o primeiro [suspiro] preconceito visível, sabe... claro... que eu senti na pele uma dor; porque é uma dor muito forte, o preconceito quando você sofre isso; e eu sofri na sala de aula. Uma professora negra, era a única professora negra, ela entrou na sala pra dar aula e tava aquela “converseira”, ela mandou todo mundo me cala a boca, mas a mim ela se dirigiu “neguinho viado”. Aquilo acabou! (Maytê, 60 anos).

Não tem um pingão de respeito; eu passando por grupinhos, assim, de meninas, de meninos, eles zoavam, eles caçoavam. E aquilo ia me deixando mal, muito pra baixo, entendeu. Porque eu era uma pessoa só, eu passava perto de um monte de gente e, eles pegavam... eles caçoavam (Lorena, 46 anos).

E, eu como era uma criança mais afeminada, então... não, não, não existia bullying né, existia o xingamento: o viadinho, a bichinha. E, eu, eu cresci com isso, ao mesmo tempo que eu cresci, já também aprendi a me defender quando precisei, né, quando ficava muito sério o negócio. E eu tinha problemas, uma época, inclusive, eu fui proibida de frequentar o banheiro masculino, porque os meninos queriam me pegar lá dentro (Vitória, 40 anos).

[...] tenho 40 anos, eu não cheguei pegar o *bullying*. Passei pela zoação... só que assim, como eu falei pra você eu sou muito, sempre, certa no que eu quero, no que eu vou buscar, no que eu vou fazer e de que forma eu vou fazer isso. Dentro da escola, “ah, bichinha!” tem? Tem (Evelyn, 40 anos).

teve uma fase na escola, que um menino, ele... eu acho que ele percebia, né, o que estava acontecendo comigo. E aí, ele começou a pegar muito no meu pé; ele começou, realmente, a fazer *bullying* comigo. Me agredia e me assediava muito, sabe; ele chegava perto de mim e começava a passar a mão no meu



É inegável que tivemos avanços significativos em relação aos Direitos Humanos, à Democracia e nas demandas sociais. Mas, e a escola? Quais foram seus reais avanços? Podemos refletir sobre isso a partir do preconceito e da discriminação vividos pela jovem Maytê, na década de 1970, quando uma professora a chamou de “neguinho e viado” e a repressão da pequena Jéssica, nos anos 2000, em que uma professora a pegou pelo braço por uma dança de Axé porque “isso não era coisa de menino”. Entre essas memórias vividas por nossas protagonistas, se passaram aproximadamente 40 anos, no entanto a escola continua a mesma, calcada em um modelo cristalizado na cultura brasileira que, segundo Louro (2011), tem como referência o ideal de homem branco, heterossexual, de classe média urbano, moralmente conservador e cristão. Neste sentido, é necessário compreender a construção das relações na sociedade, incluindo como se dão essas relações na instituição escolar.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os LGBTQIAPN+ necessitam de ações concretas para afirmação de seus direitos, em especial o direito à escolarização, defendido em 2006 com a publicação dos Princípios de Yogyakarta.

Os Princípios afirmam a obrigação primária dos Estados de implementarem os direitos humanos. Cada princípio é acompanhado de detalhadas recomendações aos Estados. No entanto, os especialistas também enfatizam que muitos outros atores têm responsabilidades na promoção e proteção dos direitos humanos. São feitas recomendações adicionais a esses outros atores, que incluem o sistema de direitos humanos das Nações Unidas, instituições nacionais de direitos humanos, mídia, organizações não-governamentais e financiadores (Princípios, 2007, p.7)

Encaminhados à Organização das Nações Unidas, esses princípios tratam de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero. Eles não garantem a efetivação de quaisquer direitos nas comunidades políticas específicas, porém subsidiam jurisprudências, identificam relações identitárias baseadas nas hierarquias sexuais e elaboram novas lógicas do empoderamento



de identidades sexuais, afirmando o direito de todos à implementação dos direitos humanos.

A luta de movimentos sociais pela equiparação de direitos, combate à discriminação e violência contra gays, lésbicas, travestis, transexuais têm conquistado espaço crescente no cenário público e político brasileiro.

No Brasil, as políticas para a comunidade LGBTQIAPN+ tem início na década de 1980, a partir das lutas dos movimentos sociais e esforços pós-redemocratização, com pautas voltadas à saúde na prevenção e tratamento contra o avanço da Aids. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que em sua primeira edição (PNDH1, 1996), incluiu os homossexuais em uma pauta de garantia de direitos e, na sua segunda edição (PNDH2, 2002), ampliou o conceito de direitos em uma perspectiva de promoção da cidadania).

A partir de 2003, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), emergiram políticas públicas de sucesso, como Programa Brasil sem Homofobia (2004), Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: conjunto de metas e ações com objetivo de enfrentar as desigualdades entre mulheres e homens no Brasil (2005), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), Programa Nacional de Direitos Humanos (2014) e o Plano Nacional de Educação (2014).

Todas essas leis constituíram-se marcos na luta contra o preconceito e a discriminação, abrindo o caminho para que outras ações fossem criadas. Infelizmente, as políticas públicas criadas a partir dos governos de FHC e Lula não foram implementadas na prática e o país viria a assistir episódios como o avanço de grupos fundamentalistas e de pautas conservadoras, com retrocessos como o veto do material didático elaborado pelo Programa Brasil sem Homofobia, vulgarmente apelidado como “kit gay”, durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016).

Foram durante esses contextos que se deram as histórias de vida narradas pelas participantes da pesquisa, que mesmo diante das políticas públicas criadas a partir da redemocratização do país, na década de 1980, sofreram as consequências do preconceito e da discriminação.

Ao chegarem à escola, os alunos já percorreram uma trajetória social que traz impregnadas representações de valores e culturas permeadas pelo preconceito herdado de seu contexto familiar. Soma-se a isso o modelo de escola com um “discurso” inclusivo, democrático e progressista, porém com práticas que reafirmam todas as formas de preconceito.

Os processos de exclusão ultrapassam fronteiras físicas e estão diretamente ligados às formas de desigualdade e discriminação, sendo papel da escola combater todas as facetas do preconceito.

Importante considerar a escola como fonte transformadora do futuro e promotora de práticas de igualdade, respeito e democracia para além do discurso cristalizado. Deste modo, espera-se que a escola seja um espaço democrático e acessível a todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. São Paulo: Espaço e Tempo, 2006.
- BOJE, D. Stories of the storytelling organization: a post modern analysis of Disney as ‘Tamara-Land’. **Academy of Management Journal**, n. 38, v. 4, 1995, p. 997-1035.
- BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade,



FERREIRA, T. de S. **Os processos de entrada e permanência das travestis e das mulheres transexuais no mercado de trabalho.** 2017. 45f. Monografia (Graduação em Terapia Ocupacional). Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal da Paraíba, 2017

FOUCAULT, M. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

JESUS, J. G. de. Xica Manicongo: a transgeneralidade toma a palavra. **Revista Docência e Ciberultura.** Rio de Janeiro: UERJ, 2019, v.3, n.1, jan/abr. 2019. p. 250-260.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia na escola: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: UNESCO, 2009.

LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. In: JESUS, D.M.; BAPTISTA, C.R.; VICTOR, S.L. **Pesquisa e educação especial:** mapeando produções. Vitória: UFES, 2006, p. 361-386.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20 maio. 2024.

PERES, W. S. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais e transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: UNESCO, 2009.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: <http://www.yogyakartaprinciples.org/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. Trabalhando com história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?). In.: **Revista de Enfermagem USP.** v. 37, n. 2, 2003, p. 119 – 126.

THOMPSON, P. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.